

Perder Ancara, perder a Europa?

André Barrinha

Incoerente. Desde a aceitação da Turquia como candidato a Estado membro em finais de 1999, que este é o termo que melhor define a forma como a União Europeia (UE) tem gerido o processo. Receio de dizer não, pouca vontade em dizer sim e uma total indefinição quanto ao rumo a tomar têm caracterizado a atitude de Bruxelas para com Ancara.

6 de Dezembro, foi a data limite estabelecida pela UE para que a Turquia reabrisse os seus portos e aeroportos aos cipriotas do Sul. Como é facilmente constatável, a data passou sem que a Turquia acedesse às exigências de Bruxelas, o que não significa necessariamente que estejamos perante o descarrilamento do processo negocial, tal como o Comissário Olli Rehn chegou a temer no início do ano. A proposta da Comissão de suspender oito dos 35 capítulos (todos relativos ao mercado interno e comércio) do dossier de adesão permitiu que se chegasse a um meio-termo entre a vontade em prosseguir as negociações de alguns Estados membros e o desejo de suspensão imediata de alguns outros – Chipre, Áustria, Holanda e o renascido eixo franco-alemão. Espera-se inclusive que nos próximos dias saia do encontro entre Angela Merkel e Jacques Chirac uma proposta de novo *deadline* a situar-se, possivelmente nos 18 meses.

A centralidade da questão cipriota no processo de adesão turca é negativa também para a UE, principalmente para a imagem que deixa transparecer a nível internacional. Ao garantir ao lado cipriota grego que, independentemente do resultado do referendo promovido pelas Nações Unidas em 2004, o Chipre entraria para a UE, Bruxelas promoveu a política da irresponsabilidade e do *status quo*, enquanto, do outro lado, o governo turco fazia a histórica concessão de apelar ao voto no lado turco pela reunificação da ilha. Ao tomar tal decisão a UE não só não contribuiu para a resolução do problema, como aceitou que uma parte de uma pequena ilha mediterrânica passasse a condicionar um dos mais importantes dossiers da política europeia.

Pior que a irresponsabilidade face à questão cipriota, é o facto de a UE aparecer nas negociações com Ancara totalmente refém das políticas partidárias dos vários Estados membros, especialmente do eixo franco-alemão. Em França, Chirac era a favor da adesão turca, mas com boa parte dos socialistas contra e com Sarkozy a defender publicamente um estatuto alternativo para a Turquia que não a adesão, Chirac parece ter passado para o lado dos turco-cépticos de forma a não alienar potenciais eleitores. Na Alemanha, país que assumirá a Presidência da UE no primeiro semestre de 2007, Merkel deambula entre o ‘não’ do seu partido e o ‘sim’ dos sociais-democratas responsáveis pela pasta dos Negócios Estrangeiros no seio da coligação governamental. A abordagem desta questão numa base partidária demonstra que, pelo menos, Paris e Berlim não perceberam a dimensão da ‘questão turca’, ao contrário do Vaticano, que, apesar das reticências pessoais do Papa, mostrou, com a recente deslocação de Bento XVI à Turquia, perceber que a adesão de Ancara é politicamente mais importante que potenciais diferenças culturais e religiosas.

A Turquia não é, obviamente, um candidato qualquer. Além do seu peso geográfico, demográfico e militar tem especificidades religiosas e culturais nunca antes enfrentadas

pela UE em processos de adesão; no entanto, Bruxelas tem lidado com Ancara como se o processo de adesão interessasse somente à Turquia. As últimas sondagens à população turca relativamente à sua vontade de adesão dão a resposta contrária: somente um terço se mostra favorável, com três quartos a prever que a Turquia nunca será aceite como Estado membro. Para além do cepticismo relativamente à UE, a Turquia vive igualmente um forte período de turbulência política, com a nomeação de um novo presidente e eleições parlamentares, tudo em 2007, a aumentar o fosso entre secularistas e conservadores e a fazer pairar no ar o espectro de uma nova intervenção dos militares caso o AKP, partido conservador de raízes islâmicas com maioria parlamentar, insista em nomear um novo Presidente sem a realização de eleições antecipadas.

Perante tudo isto, 2007 afigura-se como um ano decisivo para as relações entre a UE e a Turquia, mas não só. Um eventual fracasso nas negociações seria negativo para Ancara, mas, possivelmente, bem mais para Bruxelas. Pela sua complexidade, o processo de adesão da Turquia passou a ser um teste também para os Estados membros da UE. Um teste sobre a sua capacidade de tomada de decisão e sobretudo em vontade de avançar para uma progressiva afirmação da UE no mundo. O teste não está condicionado à aceitação da Turquia enquanto Estado membro, mas sim ao desenvolvimento de um relacionamento coerente, que demonstre, por parte da UE, uma certeza sobre o caminho a seguir. Se Bruxelas não for capaz de ter esse tipo de comportamento com um vizinho tão importante como a Turquia, como será capaz de o ter com o resto do mundo?